

Carlos Roberto de Alckmin Dutra

PROCESSO LEGISLATIVO, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E LEGÍSTICA

**A Exigência Constitucional de Qualidade Formal
da Lei e seus Reflexos no Processo Legislativo
e no Controle de Constitucionalidade**

Curitiba
Juruá Editora
2020

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	O SURGIMENTO DA CIÊNCIA DA LEGISLAÇÃO E DA LEGÍSTICA EN- QUANTO CIÊNCIAS VOLTADAS AO ESTUDO DA ELABORAÇÃO DAS LEIS	23
2.1	O CENÁRIO MUNDIAL	23
2.1.1	A Crise da Lei	23
2.1.2	O Surgimento da Ciência da Legislação e da Legística (Cronologia Pro- posta por Carlos Blanco de Moraes)	25
2.1.2.1	Primeiro período: as primícias iluministas de uma “Ciência da Legislação”	28
2.1.2.2	Segundo período: a “crise da lei” no Estado Social e o debate sobre a autonomia de uma “Ciência da Legislação”	29
2.1.2.3	Terceiro período: nascimento da Ciência da Legislação no con- texto terapêutico da “crise da lei”	29
2.1.2.4	Quarto período: a consolidação da Ciência da Legislação como complexo metódico e praxiológico da gestão de programas le- gislativos	30
2.1.3	O Programa “Legislar Melhor” na Comunidade Europeia	31
2.2	DEFINIÇÃO DE “CIÊNCIA DA LEGISLAÇÃO” E DE “LEGÍSTICA”	34
2.3	A INCONVENIÊNCIA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS REGRAS DE LEGÍSTICA	35
3	A CIÊNCIA DA LEGISLAÇÃO NO BRASIL	39
3.1	EVOLUÇÃO DOS MÉTODOS DE QUALIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL	39
3.2	A EFICÁCIA DA NORMA PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 59 DA CARTA FEDERAL	42
3.3	A NATUREZA DAS REGRAS DE LEGÍSTICA CONTIDAS NA LC 95/1998	43

3.4	A LC 95/1998 PODERIA FIGURAR COMO NORMA-PARÂMETRO PARA O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS? ANÁLISE DA NATUREZA DAS LEIS COMPLEMENTARES.....	45
3.5	EFEITOS DA REGULAMENTAÇÃO DA MATÉRIA DE LEGÍSTICA POR LEI ORDINÁRIA.....	54
3.6	DESTINATÁRIO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO IMEDIATOS DAS NORMAS CONTIDAS NA LC 95/1998: O LEGISLADOR, NO CURSO DO PROCESSO LEGISLATIVO	56
3.7	A ILICITUDE DECORRENTE DA INOBSERVÂNCIA DA LC 95/1998 NO CURSO DO PROCESSO LEGISLATIVO E OS INSTRUMENTOS ENDO-PROCESSUAIS DESTINADOS A EVITÁ-LA OU A SANÁ-LA	58
3.7.1	Negativa de Seguimento do Projeto por Ato do Presidente da Casa Legislativa.....	58
3.7.2	Análise do Projeto pelas Comissões de Constituição e Justiça.....	60
3.7.3	Veto Aposto pelo Chefe do Poder Executivo	63
3.7.4	Controle Preventivo de Natureza Jurisdicional da Ilegalidade Decorrente da Violação da LC 95/1998.....	64
3.7.5	A Experiência Italiana do “Comitato per la Legislazione”.....	70
3.8	A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998: ANÁLISE DE SEUS DISPOSITIVOS.....	71
3.8.1	Breve Histórico	71
3.8.2	Delimitação do Âmbito Material de Aplicação da LC 95/1998: Capítulo I – Disposições Preliminares	72
3.8.3	Técnicas de Elaboração, Redação e Alteração de Leis: Capítulo II	73
3.8.4	Consolidação das Leis: Capítulo III	81
3.8.5	Disposições Finais: Capítulo IV.....	81
3.8.6	Dispositivos Cujo Teor Não se Adequa ao Campo Material de Aplicação da LC 95/1998 (§ 1º do Art. 8º e Art. 18).....	81
3.8.6.1	§ 1º do art. 8º.....	81
3.8.6.2	Art. 18.....	83
3.9	APROVAÇÃO DE PROJETO DE LEI EM DISSONÂNCIA COM OS TERMOS DA LC 95/1998: EFEITOS EM RELAÇÃO À LEI APROVADA.....	87
3.9.1	Correção da Imperfeição ou Inconstitucionalidade pelo Próprio Legislador, por Meio de Lei Posterior.....	87
3.9.2	Análise da Possível Configuração de Inconstitucionalidade por Desrespeito à LC 95/1998.....	89

4	A INCONSTITUCIONALIDADE	95
4.1	INCONSTITUCIONALIDADE: O VÍCIO E A NATUREZA DA SANÇÃO	95
4.2	AS ESPÉCIES DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE	104
4.2.1	A Inconstitucionalidade Material e a Inconstitucionalidade Formal	104
4.2.2	A Inconstitucionalidade Orgânica ou por Incompetência Legislativa	111
4.2.3	A Inconstitucionalidade Finalística ou Decorrente do Desvio de Poder Legislativo	115
5	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE SOB O ASPECTO FORMAL E ESTRUTURAL INTERNO DAS NORMAS NO DIREITO ESTRANGEIRO	123
5.1	NOS ESTADOS UNIDOS	124
5.2	NA FRANÇA	132
5.3	NO CANADÁ	139
5.4	NA ESPANHA	143
5.5	EM PORTUGAL	147
5.6	NA ITÁLIA	148
5.7	NA ALEMANHA	152
6	A INCONSTITUCIONALIDADE FINALÍSTICA INTRÍNSECA AO ATO NORMATIVO EIVADO DE SEVERA DEFICIÊNCIA REDACIONAL OU ESTRUTURAL INTERNA, POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA SEGURANÇA JURÍDICA	157
6.1	NOÇÕES PRELIMINARES: A LEGÍSTICA COMO INSTRUMENTO QUALIFICADOR DA PRODUÇÃO NORMATIVA	157
6.2	NORMAS-PARÂMETRO PARA A AFERIÇÃO DO VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA GESTADA SEM A OBSERVÂNCIA DAS REGRAS DE LEGÍSTICA	162
6.2.1	Normas Expressas no Próprio Texto Constitucional (CF, Art. 150, § 6º, e Art. 165, § 8º)	162
6.2.2	Os Princípios do Devido Processo Legal (CF, Art. 5º, LIV) e da Segurança Jurídica (CF, Art. 1º) como Parâmetros para Aferição da Inconstitucionalidade Finalística Intrínseca Decorrente de Severa Deficiência Redacional ou Estrutural Interna do Ato Normativo	166
6.2.2.1	O princípio do devido processo legal	166
6.2.2.2	O princípio da segurança jurídica	169
6.2.3	Caracterização da Inconstitucionalidade Finalística Intrínseca Decorrente de Severa Deficiência Redacional ou Estrutural Interna da Norma Jurídica, por Violação aos Princípios do Devido Processo Legal e da Segurança Jurídica	175

7 A PRÁTICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE COM FUNDAMENTO EM REGRAS DE LEGÍSTICA.....	185
7.1 O DEVER DE HOMOGENEIDADE TEMÁTICA.....	185
7.2 LEIS SEM CONTEÚDO NORMATIVO: AS LEIS IMPROPRIAMENTE AUTORIZATIVAS	192
7.3 LEIS EIVADAS DE CONTRADIÇÃO INTERNA	196
CONCLUSÃO	201
REFERÊNCIAS	205
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	213
ÍNDICE REMISSIVO	217